

RECEP GM/MJ
02/018/96.2
01
Ass.

17 JUL 14 2 58 000000

700
l-oo
da

DI.
SIAPRO
LC/CE56/MJ
08000.017010/96-24

9.140 de 04/12/1.995)
DA JUSTIÇA, ANEXO II 6º ANDAR SAJ

Direito à Memória e à Verdade

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CIVIL DA INCORPORAÇÃO
DA DE BELEM, 108
Juiz de Direito em exercício
MERO LONGMAN
Esônias
MARGIO LONGMAN
da substituição
FATIMA VIEIRA
do substituído

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Distrito, Ene...
Estado Pernambuco
Pessoas Naturais
REGISTRO
Uma Zona Judiciária, em virt...
FLS.

© 2007 (Ano da 1ª edição) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Série Bibliográfica
Tiragem: 5.000 exemplares

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo de Tarso Vannuchi

Elaboração, distribuição e informações:
COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS
Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Sala 420
70064-900 - Brasília - DF
Fone: (61) 3429 3142 / 3454 Fax (61) 3223 2260
E-mail: direitoshumanos@sedh.gov.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Catálogo na publicação

Brasil. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.*

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos -- Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007
400p. : il. (algumas color.) ; 23 x 30 cm

ISBN 978-85-60877-00-3

1. Brasil – História I. Título. II. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Relatório.

O laudo de necropsia é assinado pelo legista Nilo Ramos de Assis, que definiu como causa mortis "*ferida transfixante do crânio com destruição parcial do encéfalo*". A irmã de Marcos Antônio, Marlene Lucas de Lima, só conseguiu retirar o corpo no dia 20 de janeiro, levando-o para sepultamento no Cemitério de Inhaúma.

A CEMDP fez diligências ao Hospital Souza Aguiar, que respondeu não possuir qualquer registro do fato, e também às autoridades militares, buscando mais detalhes sobre a operação e a identificação dos agentes feridos. Não recebeu resposta. Depoimento de Ângela Camargo Seixas, em declaração pública enviada da Irlanda, onde vivia depois de exilar-se na Inglaterra, esclareceu amplamente os fatos. Relatou que Marcos Antônio e ela chegavam a sua casa, por volta das 23 horas do dia 13, e Marcos estava colocando a chave na porta quando os agentes de segurança, que já estavam no apartamento, começaram a atirar. O prédio estava cercado e, ao buscarem fugir pelas escadas, viu quando Marcos foi atingido. Ferida, perdeu a consciência e não sabe quanto tempo depois acordou, ainda no corredor, sendo presa.

O relator do processo junto à CEMDP considerou que as provas apresentadas apontavam para a eliminação do militante, tomando como base esse depoimento, onde ficava claro que Marcos portava, mas não empunhava arma, e que não fora feita perícia de local, prática comum no Rio de Janeiro e, neste caso, do interesse dos agentes, já que houve policiais feridos. Considerou também significativo o silêncio das autoridades militares, que não ofereceram qualquer informação ou esclarecimento às indagações da Comissão Especial.



MÁRIO ALVES DE SOUZA VIEIRA (1923-1970)

Número do processo: 091/96

Filiação: Julieta Alves de Souza Vieira e Romualdo Leal Vieira

Data e local de nascimento: 14/06/1923, Sento Sé (BA)

Organização política ou atividade: PCBR

Data e local da morte: 17/01/1970 no Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Jornalista, fundador e principal dirigente do PCBR, foi morto em 17/01/70, no Rio de Janeiro, aos 46 anos, sob brutais torturas. Seu nome integra a lista de desaparecidos anexa à Lei nº 9.140/95. Baiano de Sento Sé, fez o curso secundário em Salvador, iniciou sua militância política aos 16 anos e foi um dos fundadores da União dos Estudantes da Bahia. Durante o Estado Novo, participou de congressos e atividades da UNE. Formou-se em Letras, em Salvador, mas nunca chegou a buscar o diploma.

Ingressou no PCB e, em 1945, passou a integrar seu Comitê Estadual na Bahia, sendo eleito em 1957 para o Comitê Central. Nos anos seguintes, atuaria como dirigente comunista no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Dirigiu os jornais Novos Rumos e Imprensa Popular. Após abril de 1964, tornou-se um dos líderes da corrente de esquerda dentro do PCB. Atuando nas difíceis condições de clandestinidade foi preso, em julho de 1964, no Rio de Janeiro, sendo libertado somente um ano depois por concessão de *habeas-corpus*. Em 1966, teve os direitos políticos cassados por 10 anos. Em 1968, ao lado de Apolônio de Carvalho e outros membros dissidentes da direção do PCB, fundou o PCBR.

Em 16 de janeiro de 1970, perto das 20:00 horas, saiu de sua casa, no subúrbio carioca de Abolição, e nunca mais voltou. Foi preso pelo DOI-CODI/RJ nessa data e morreu no dia seguinte nas dependências do quartel da rua Barão de Mesquita. As ilegalidades que cercaram a prisão e assassinato do jornalista começaram a ser levadas ao conhecimento das autoridades judiciárias do regime militar em 20/07/1970, denunciadas por presos políticos. Entretanto, o crime nunca foi apurado.

Em depoimento à 2ª Auditoria do Exército, no Rio de Janeiro, em 20/07/1970, Salatiel Teixeira Rolins, que seria morto por seus próprios companheiros após ser solto, "afirma que pertencia ao PCBR, tendo presenciado o espancamento e tomou conhecimento da prisão do jornalista Mário Alves no dia 16/01/1970, que faleceu em vista de brutal espancamento que recebera e pela introdução em seu ânus de um pedaço de vassoura".

René Louis Laugery de Carvalho, também em depoimento na mesma auditoria militar, em 20/07/1970 afirmou "que tomou conhecimento, durante os 26 dias que permaneceu naquela unidade (...) da morte de Mário Alves, em consequência de hemorragia interna, decorrente de torturas".

Carta endereçada ao então presidente da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, em 15/07/1980, pelo advogado Raimundo José Barros Teixeira Mendes, denuncia que, no dia 16/01/1970, por volta de 20h, Mário Alves chegou preso ao local onde ele também estava detido, o quartel da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, na Tijuca, tendo ouvido todo o interrogatório, que se estendeu até cerca de 4 horas da manhã. Declarou ainda que viu Mário Alves pendurado no pau-de-arara e ser carregado da cela já quase sem vida.

Sua esposa, Dilma Borges Vieira, foi uma das precursoras do movimento dos familiares de mortos e desaparecidos. Esteve em todos os possíveis lugares onde pudesse buscar notícias e denunciar o desaparecimento do marido - na Marinha, Aeronáutica, IML, cemitérios. O então comandante do DOI-CODI/RJ chegou a dizer-lhe que também ele buscava Mário Alves.

A carta que escreveu em 29/09/1970 a Aparecida Gomide, esposa do cônsul brasileiro seqüestrado no Uruguai pelo movimento guerrilheiro Tupamaros, compõe um dramático retrato da época:

"Todos conhecem seu sofrimento, sua angústia. A imprensa falada e escrita focaliza diariamente o seu drama. Mas do meu sofrimento, da minha angústia, ninguém fala. Choro sozinha. Não tenho os seus recursos para me fazer ouvir, para dizer também que 'tenho o coração partido', que quero meu marido de volta. O seu marido está vivo, bem tratado, vai voltar. O meu foi trucidado, morto sob tortura, pelo 1º Exército, foi executado sem processo, sem julgamento. Reclamo seu corpo. Nem a Comissão de Direitos da Pessoa Humana me atendeu. Não sei o que fizeram dele, onde o jogaram.

Em *A Ditadura Escancarada*, Elio Gaspari narra da seguinte forma as condições da morte de Mário Alves:

"No fundo do corredor havia cinco pequenas celas, cada uma com um colchão de palha no chão, um buraco sanitário no fundo e uma janela gradeada perto do teto. Nelas ficavam os presos que a qualquer momento poderiam ser levados para a Sala Roxa. Não porque houvesse tanta pressa em trazê-los, mas para que ouvissem o que acontecia ao lado. Numa dessas masmorras estava Antônio Carlos de Carvalho. Noutra, Raimundo Teixeira Mendes. Eles ouviram:

- 'Teu nome completo é Mário Alves de Souza Vieira?'
- ' Vocês já sabem'.
- 'Você é o secretário-geral do comitê central do PCBR?'
- 'Vocês já sabem'.
- 'Será que você vai dar uma de herói?'

Mário Alves ficou oito horas na Sala Roxa. No início da manhã seguinte o cabo da guarda chamou quatro prisioneiros para limpá-la. Num canto, havia um homem ferido. Sangrava pelo nariz e pela boca. Tinha sido empalado com um cassetete. Dois outros presos, militantes do PCBR, reconheceram-no, deram-lhe de beber e limparam-lhe o rosto".

No livro *Combate nas Trevas*, Jacob Gorender, também dirigente do PCBR e preso quatro dias depois, acrescenta detalhes sobre as torturas:

"Horas de espancamentos com cassetetes de borracha, pau-de-arara, choques elétricos, afogamentos. Mário recusou dar a mínima informação e, naquela vivência da agonia, ainda extravasou o temperamento através de respostas desafiadoras e sarcásticas. Impotentes para quebrar a vontade de um homem de físico débil, os algozes o empalaram usando um cassetete de madeira com estrias de aço. A perfuração dos intestinos e, provavelmente, da úlcera duodenal, que suportava há anos, deve ter provocado hemorragia interna".